

Um difícil...

por José Casado
de São Paulo

(Continuação da 1ª página)

identificadas como da esquerda, que, pelos resultados do último dia 15, têm densidade eleitoral incomparavelmente maior.

O PT de Lula preocupa-se. E tem sólidas razões para tanto: as alianças nesta etapa do pleito podem não significar, necessariamente, transferência de votos, contudo propiciariam condições favoráveis de governabilidade, na hipótese de vitória, que é realista.

O sociólogo Francisco Weffort, do diretório nacional do PT, resumiu à editora Cláudia Iizique: "Um partido só, não governa. Sozinhos não governamos".

Lula queixou-se ontem, de madrugada, nos comícios que fez em portas de fábricas na periferia de São Paulo: "Os acordos estão demorando a sair na cúpula dos partidos, mas, por baixo, o povo já está fazendo os acordos necessários".

A tarde, o PT decidiu suspender, temporariamente, as gestões com o objetivo de retomá-las hoje com uma proposta mais avançada — a de formação de um governo de coligação ou coalizão partidária.

E um instrumento típico das democracias parlamentaristas, com um precedente recente no caso brasileiro — a montagem da Aliança Democrática operada pelo falecido presidente Tancredo Neves, que reuniu o PMDB, o extinto Partido Popular e a dissidência do PDS, sob a sigla PFL.

Os tons ideológicos são muito diversos, obviamente, e a proposta de Lula tem como base de negociação um programa de governo, não os cargos da máquina administrativa federal — embora se admitam até conversas sobre isso, depois da eleição.

As divergências na esquerda, contudo, são maiores do que o PT supunha, dentro e fora de suas fronteiras. Está em curso, por exemplo, uma tentativa de aliança com uma parte do PMDB do candidato derrotado Ulysses Guimarães.

Quando tudo parecia acertado, inclusive com uma nota oficial da executiva nacional do PMDB divulgada ontem apoiando Lula — contra a vontade e em aberto confronto às posições de alguns influentes governadores estaduais do partido —, surgiu, de dentro do PT, um veto a Ulysses Guimarães.

O autor foi o deputado José Genoíno, paradoxalmente um dos negociadores políticos de Lula, porta-voz da tendência Nova Esquerda, que é formada por antigos militantes do Partido Revolucionário Comunista (PRC).

Ulysses é visto como um político que, com a força de que dispunha no passado recente, avalizou o desempenho do governo José Sarney. Criada a confusão, Lula enviou a Brasília alguns aliados para tentar "apagar o incêndio".

Não era o único. No Rio, outras facções do PT analisavam a conveniência de

pedir ao partido a dispensa do apoio do governador Wellington Moreira Franco, que havia afirmado seu respaldo a Lula em telegrama enviado ao presidente do seu partido, o PMDB, Jarbas Vasconcelos.

Aquela altura, Vasconcelos enfrentava a ira dissimulada de Orestes Quércia, governador de São Paulo, Nilo Coelho, governador da Bahia, Alvaro Dias, do Paraná, e de Newton Cardoso, de Minas — que fez questão de torná-la pública e escrita, em carta — com sua atitude de empenhar o PMDB na candidatura de Lula, de quem pretendem ser adversários.

E mais: ampliava a crise interna com a ala conservadora dos pemedebistas. O ministro Roberto Cardoso Alves, do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, líder dessa facção, acusava-o, em público, de "trair Ulysses".

Lula via, também, ressurgir outro foco de problemas. Seu candidato à vice-presidência, José Paulo Bisol, entregou a um deputado do PDT do Rio, Lysâneas Maciel, uma procuração dando-lhe plenos poderes para investigar eventuais irregularidades em empréstimos que tomou no Banco do Brasil, conforme denunciara com insistência o candidato derrotado Leonel Brizola, líder do PDT.

Isso ocorreu quando estava praticamente certa a divulgação do respaldo da bancada federal do PDT a Lula, com aval do deputado Vivaldo Barbosa, um dos mais próximos auxiliares de Brizola.

Ao mesmo tempo, outro parlamentar pedetista, César Maia, reabriu a discussão no seu partido sobre a necessidade de negociação de pontos específicos do programa econômico de Lula, como por exemplo o capítulo que trata da dívida externa.

As gestões sobre os aspectos fundamentais do programa de governo petista já estavam problemáticas em outro "front", com o PSDB de Mário Covas. "Ou o PT abre seu programa, ou o PSDB continuará com sua posição e seus eleitores votarão como bem quiserem, sem nenhum tipo de orientação do partido", anunciou o senador Fernando Henrique Cardoso, depois de dias de debates internos, que culminaram com uma reunião ontem, em Brasília.

Diante de tantos obstáculos, Lula e a cúpula do PT saíram momentaneamente da cena, para voltar, hoje, com a proposta de um governo de coalizão. Devem apresentá-la, primeiro, a Leonel Brizola, amanhã à tarde, no Rio.

A muitos ficou a impressão de que as dificuldades para a união dessas forças políticas de esquerda, no momento em que, pela primeira vez, têm uma chance real de chegar ao poder central, talvez estejam na gênese da estratégia escolhida por Lula e seu partido: saíram procurando alianças em nome da esquerda, em lugar de tentar uma união em nome da democracia.